



RETIFICAÇÃO 001

Para adequar a redação ao regramento legal da lei nº 14.133/2021 e ao entendimento jurisprudencial aplicável, com manutenção da data abertura certame licitatório para dia 06/03/2006 às 9h.

**TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I –
ESPECIFICAÇÕES REFERENTE A ENTREGA DE AMOSTRAS**

JUSTIFICATIVA: A necessidade de solicitação de amostras de alguns itens de gêneros alimentícios, em vista do risco de se adquirir produtos com baixa qualidade e para que se evitem problemas no fornecimento de produtos que são comprados por intermédio de licitação, o que é comum em alguns casos.

Considerando que existe uma descrição detalhada do produto quanto a sua composição, prazo de validade, embalagem, peso e rotulagem seguindo as legislações vigentes, entendemos que seja necessário realizar a avaliação das amostras, já que para a verificação dessas exigências é indispensável a análise do produto. Sabemos que existem indústrias que seguem rigorosamente os critérios de Boas Práticas de Fabricação, no entanto, existem aquelas que trabalham de forma irregular.

Alertamos que alguns produtos podem não atender as especificações durante a análise e por esse motivo se o mesmo for avaliado somente no momento da entrega, o produto poderá ser recusado caso não atenda as exigências, o que causará transtornos e prejuízos à execução do programa, uma vez que o mesmo faz parte do cardápio regular das unidades escolares.

Além dessas justificativas operacionais, existem também as legislações exclusivas que regem as compras de alimentos destinados à alimentação escolar, são elas as Resoluções CD/FNDE Nº 6 de 8 de maio de 2020 e CFN nº 465/2010:

Resolução/CD/FNDE Nº 6 de 8 de maio de 2020:

“Art. 40º Os produtos alimentícios a serem adquiridos para o alunado do PNAE devem atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde – MS e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Art. 41º A EEx. ou a UEx. poderá prever em edital de licitação ou na chamada pública a apresentação de amostras pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a análises necessárias, imediatamente após a fase de homologação.

Art. 42º Cabe às EEx. ou às UEx. adotar medidas que garantam a aquisição, o transporte, a estocagem e o preparo/manuseio de alimentos com adequadas condições higiênico-sanitárias até o seu consumo pelos alunos atendidos pelo Programa.” Resolução CFN nº 465/2010:

“Art. 3º Compete ao nutricionista, vinculado à Entidade Executora, no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), exercer as seguintes atividades obrigatórias:

VI - Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela quantidade, qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênico-sanitárias;

Art. 4º Compete ao nutricionista, vinculado a Entidade Executora, no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), exercer as seguintes atividades complementares:

II - Participar do processo de avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, a fim de emitir parecer técnico, com o objetivo de estabelecer critérios qualitativos para a participação dos mesmos no processo de aquisição dos alimentos.”



Finalmente, respaldado na Lei Federal nº 14.133/2021 no seu art. 41 Inciso II “exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação”, entendemos que, para garantir o padrão de qualidade necessário ao produto e para o atendimento adequado do cardápio, é de suma importância a solicitação de amostras, ficando a aprovação das mesmas durante a avaliação como condição para classificação. Assim, como integrantes do quadro técnico e na qualidade de fiscais de contratos das Atas de gêneros alimentícios, é que efetuamos todos os procedimentos necessários para garantia da qualidade e segurança dos alimentos a serem ofertados aos alunos.

PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA NO CERTAME LICITATÓRIO

1. Após declarado vencedor – **melhor classificado**, o certame licitatório deverá ser suspenso para que o(s) licitante(s) envie uma amostra gratuita para TESTE, para análise dos produtos ofertados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para fins de aprovação definitiva da entrega total à municipalidade. Os itens que necessitam de amostra encontram-se na relação disposta neste Anexo.

Obs.: O prazo acima poderá ser prorrogado, desde que solicitado e justificado pelo licitante, antes do final do prazo (5 dias úteis), e desde aceito pelo município.

2. Caso seja necessário dirimir alguma dúvida sobre o item, o fornecedor deverá arcar com as despesas de envio e da avaliação do item ofertado (análise fotométrica) em laboratório indicado pelo Município.

3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, CASO A MARCA OFERTADA SEJA DIFERENTE DAQUELAS JÁ ACEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, OBRIGATORIAMENTE, amostra.

4. A entrega das amostras deverá ser feita na Secretaria Municipal da Administração, Rua General João Antônio, nº 1305, Bairro Centro, São Vicente do Sul/RS. Deverá ser entregue uma amostra para análise da nutricionista dos itens que ainda não possuem aprovação.

5. Cada amostra deverá conter os seguintes dados:

- I – Razão social da empresa licitante,
- II – Número do item referente à amostra; e
- III – Número do registro de preços;

6. A embalagem deve ser apresentada em embalagem original, intacta e idêntica à que será entregue, contendo as seguintes informações: identificação do produto, nome e endereço do fabricante, ingredientes, tabela nutricional, data da embalagem, validade e peso.

7. A não apresentação da amostra ou a apresentação de amostra em desacordo com as exigências deste edital implicará a automática desclassificação do item e/ou da proposta.

8. As amostras serão analisadas pela nutricionista, que verificará além das especificações de cada produto solicitado no edital os seguintes itens, os quais podem desclassificar o produto:

- I – Rendimento;
- II – Textura (aparência);
- III – Sabor;
- IV – Odor;
- V – Custo/benefício.

9. Os resultados das avaliações serão divulgados por parecer do setor competente. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste edital e no termo de referência desta contratação.
11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
13. Ficam desobrigadas de entregar amostras conforme relação abaixo, as marcas aprovadas pelo Setor de Nutrição subordinado à Secretaria Municipal da Educação. As licitantes que ofertarem marcas diferentes, as quais não estão na relação, podem participar do certame, contudo, deverão entregar amostras e documentação técnica conforme solicitação no certame.
14. A relação de itens cuja entrega de amostra é obrigatória e a relação de marcas pré-aprovadas são as dispostas abaixo:

Item	Descrição Gênero Alimentício	Marcas testadas/ aprovadas
2	Achocolatado em pó instantâneo, a base de cacau em pó. Embalagens devem estar intactas, acondicionadas em embalagens de 1 kg. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega. Deve conter na composição obrigatoriamente o item: cacau em pó. Embalagem: pacotes de 01kg	Apti Instant Power, Nescau, Toddy
34	Café em pó torrado e moído, tradicional, embalagem contendo 500g, empacotado a vácuo, ponto de torra clássica grau 3, com selo de pureza ABIC. Nota igual ou superior a 6 na escala sensorial Programa de Qualidade do Café (QG-Qualidade Global). Validade de no mínimo, 70% do prazo final a partir da data de entrega, claramente expresso na embalagem do produto. Deverá estar de acordo com a RDC 277, de 22/09/2005, da ANVISA.	Melitta, Três Corações e Bom Jesus.
35	Café tradicional solúvel granulado, unidade com 200 gramas, com selo de pureza ABIC.	Melitta, Pelé, Iguazu e Três Corações
102	Margarina vegetal cremosa com sal - pote de 500g. Produto composto 100% óleos vegetais interesterificados, não poderá possuir gordura vegetal hidrogenada em sua composição. O rótulo deve conter de forma clara o tipo de gordura utilizada. Rotulagem nutricional contendo informações obrigatórias de acordo item 5 da RDC 259/2002: lista de ingredientes, origem produto, validade, peso, informação nutricional e lote. Validade mínima de 30 dias no momento da entrega.	Qualy, Becel e Doriania

São Vicente do Sul, 24 de fevereiro de 2026

Renato Severo Elesbão
Diretor Geral de Licitações e Compras
Portaria nº 196/2021



Mem. 005/2026 – Sec. De Administração/Agente de Contratação

São Vicente do Sul, 23 de fevereiro de 2026.

Assunto: Solicitação de Retificação do Termo de Referência P.E.90.017

Destinatário: RENATO SEVERO ELESBÃO - DIRETOR GER. LICITAÇÕES E COMPRAS

Considerando a análise realizada por este Pregoeiro no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES, especificamente no item referente à entrega de amostras, verificou-se que consta, de forma equivocada, a informação de que o envio das amostras ocorrerá após a habilitação da empresa, pois tal previsão diverge do disposto no art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, bem como do entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 2640/2019-TCU, os quais estabelecem que a exigência e análise de amostras devem observar a fase adequada do procedimento, vinculada ao julgamento da proposta e não à habilitação.

Dessa forma, solicito a retificação do Termo de Referência, a fim de adequar a redação ao regramento legal da lei e ao entendimento jurisprudencial aplicável.

Ressalta-se, como sugestão deste Pregoeiro, que, em análise preliminar, não se vislumbra a necessidade de alteração da data do processo licitatório, considerando que a presente medida se configura como mera correção de procedimento formal, sem impacto na formulação das propostas, na competitividade do certame, cabendo, contudo, ao Setor de Licitações deliberar quanto à eventual concessão de novo prazo.

Atenciosamente,


Maurício Biscaino de Paula
Agente de Contratação